

Demo

Capitalismo

VERDE

inteligente

dos Recursos

**JAIME MARIA BAYAMONDE
DA COSTA AYALA**

**Este demo está protegido e reserva
todos os Direitos de Autor.**

**A obra deste demo foi iniciada no
dia 25 de outubro de 2019 e foi
registada no dia 14 de fevereiro de
2020.**

**Se neste momento, por algum
motivo, não puder comprar o livro
do autor, a Jupiter Editions sugere
que faça um donativo ao autor para
o IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade da sua
escrita e não deixar o espírito do
autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

A Jupiter Editions é uma Start-Up. Apostou em 9 novos autores.

O principal objetivo do donativo é a proteção da qualidade de escrita.

Por defeito, se os donatários nada disserem sobre o destino a dar, o donativo será 99% para os autores, cabendo 11% a cada um dos 9 autores e o 1% remanescente será destinado à filantropia da Jupiter Editions como a Plantação de Árvores, o Combate à Fome ou o Combate ao Lixo. O donativo pode ser feito por conta de qualquer um dos fundos que a Jupiter Editions pretende abrir e desenvolver. O donativo pode ser destinado 100% a um autor ou a uma missão.

O donativo pode ser anónimo, mas a Jupiter Editions sugere ao donatário que se identifique, sobretudo, se financiar a voz de um dos autores, para que o autor possa agradecer em nota pessoal. Basta enviar um email para manager@jupitereditions.com com o assunto DONATING e com o comprovativo da transferência bancária.

Se o donativo for destinado a um autor e se com o comprovativo da transferência for ainda anexada alguma fotografia ou mensagem do donatário, a Jupiter Editions obriga-se a reencaminhar o email ao autor.

Por favor, veja a nossa Política de Privacidade, para saber como é que os seus dados são tratados pela Jupiter Editions.

A Jupiter Editions não cede, nem vende os seus dados a nenhum parceiro.

A Jupiter Editions só pode ceder a base de dados dos clientes dos Member Readers que tenham aceiteado que uma determinada empresa ou parceria comunicasse com os Member Readers. Se uma nova parceria for aprovada pelo Centro Ético de Negócios e Parcerias Sustentáveis Para o Futuro, a Jupiter Editions pergunta na Conta Jupiter aos Member Readers interessados em facultar os seus dados à nova parceria, explicando aos Member Readers a importância dessa mesma parceria. Quando as empresas parceiras/ parcerias contactarem os Member Readers, logo no 1º contacto devem anunciar a parceria com a Jupiter Editions, para que o cliente consiga ver com nitidez as parcerias e a sua importância para a sustentabilidade das empresas num mercado altamente competitivo. © Jupiter Editions

O ALGORITMO DO AMOR

**JAIME MARIA BAYAMONDE
DA COSTA AYALA**

Registo n.º 345/2020 **SIIGAC/2020/970** DATA: **2020.02.14**

JUPITER EDITIONS
Print Your Heart with Jupiter Editions©

CAPÍTULO II

DO MEU CAPITALISMO VERDE INTELIGENTE DOS RECUROS

(...)

E foi ao colo do Fred, que pela primeira vez expressei-me politicamente. Que me expressei verdadeiramente a alguém! Que lhe contei tim-tim-por-tim-tim como via *O Sistema*, como via o Direito e como via a Política. Disse-lhe que quando falava no *Sistema*, quando dizia só *O Sistema*, que me referia à Administração Pública. Para mim, a Administração Pública é que era *O Sistema* em Portugal. Confessei-lhe, naquele colo, que era um *capitalista inteligente dos recursos*. Que tinha inventado um *novo capitalismo*. Que tinha inventado um *novo liberalismo económico digno dos recursos*. Não o tinha ouvido em lado nenhum senão no meu coração. Um capitalismo que sentia inscrito em mim. Um capitalismo que me tinha sido inscrito no coração e por quem o meu coração batia. Porque havia recursos por quem o meu coração batia! Havia pessoas por quem o meu coração batia. E ouvia o meu coração a bater pelos mais inocentes, pelos mais belos, pelos mais amorosos, pelos mais esperançosos. Disse-lhe que o meu coração batia por aqueles que vinham por bem, por aqueles que eram bons. Disse-lhe que via espíritos bons, mas não via os espíritos maus. Simplesmente não os via. Sabia que existiam, mas eu não os via. Mas via os bons! Via-os com o coração. E pus o meu coração nas mãos do Fred. Agarrei-lhe as perfeitas masculinas mãos-pianista e pu-las sobre o meu peito. O meu coração estava a disparar desalmadamente. Ele queria falar. E eu deixei-o falar.

(...) Enquanto uns veem os céus cheios de drones, a minha política, o meu capitalismo, vê coisas imprimidas por todo o lado, porque com a *Impressora a 3D* é possível imprimir sem poluir!

(...) E nem todos têm de imprimir casas! Mas ter de abater árvores para sacar a madeira e depois já ter espaço para novas construções o meu capitalismo condena, vê esses abates infelizes! Podem-se construir casas, imprimir casas ao lado de uma árvore, contornando uma árvore, construir por entre as árvores sem as ter de abater! O meu capitalismo verdadeiramente sustentável vê e reconhece a inteligência das árvores e sabe qual é que é o tempo de vida de uma árvore. Vê e reconhece quando é que uma árvore morreu, e só as árvores que já morreram ou as árvores que vão cair ou se tornam um perigo para a vida dos humanos ou para a integridade física dos humanos é que as devemos “ou podemos” cortar.

“Madeira sustentável” no meu *capitalismo inteligente dos recursos* não é usarmos a poda como um meio, como uma desculpa, para sacar madeira! É aproveitarmos legitimamente de uma poda, que tinha mesmo de acontecer, (...) ou porque um botânico recomendou para o próprio crescimento e desenvolvimento saudável da árvore; e porque houve então essa poda, então sim, aproveitarmo-nos da madeira, já que houve essa poda... Esse aproveitar natural da madeira, é que dita a madeira ser sustentável; não é cortar uma árvore com 15 anos, porque já viveu 15 anos, quando ela viveria 100 anos no seu pleno direito à vida! Se eu em cima do escadote, durante a poda, avisto uma raposa morta, então eu posso lá ir tirar-lhe a pele, aproveitar-me dela. Não a matei! Nem a vou matar para lhe tirar a pele! Posso vestir aquela pele ou posso vender aquela pele por 1 milhão! E isto tem de ser fácil de ver! Porque isto é automático! É aquilo que é natural!

O capitalismo, no sistema monetário em que os nossos antepassados construíram e nos herdaram, é a economia mais natural. E por ser natural, é natural que a saibamos moderar, equilibrar; não torná-la num supercapitalismo, que só vê dinheiro, que se mete à frente das pessoas, dos animais e das plantas e não quer saber que o Direito existe na realidade humana, (...) O meu *capitalismo inteligente dos recursos* não põe nenhuma árvore nem nenhum animal à frente de um humano, nem sequer os iguala, porque não são iguais. Os humanos são iguais aos humanos. Em caso de confronto de direitos como é lógico que o humano, que seja digno, tem de ter sempre vantagem sobre qualquer espécie terrestre ou extraterrestre. E somos nós, os humanos, que atribuímos essa vantagem aos humanos, por sermos humanos, por pertencermos todos à espécie humana. Mas é uma vantagem que qualquer humano perde se deixar de ser digno, se se tornar criminoso. Se maltrata um animal por simples prazer, se fere um animal por desportivismo, então o humano tornou-se um criminoso. Se se põe a incendiar árvores o humano tornou-se um criminoso. Se se põe a arrancar o marfim dos elefantes enquanto os elefantes estão vivos, é um criminoso!

Se o humano quer assim tanto o marfim do elefante, então, que remova o marfim depois do elefante ter o direito à sua vida plena. (...) se quer mesmo os chifres das impalas e dos veados que se acompanhem as caçadas naturais (...) dos leões e se vá lá remover se os leões deixarem no final de devorarem as carnes deles, porque as carnes são deles, não são nossas – e quem nos diz isto são as leis da ecologia (...)

Talvez fosse importante sabermos que tecnologias é que estamos a trazer para dentro dos nossos formigueiros, das nossas

colmeias. (...) O Direito e a *Dignidade Humana* são expressões máximas da intelectualidade. E tanto o Direito como a *Dignidade Humana* são recursos ambientais, (...) o Direito só existe porque existem humanos e os humanos fazem parte do ambiente, e por isso, ser-se humano é fazer parte do ambiente, é pertencer ao ambiente natural da Terra; a não ser que fôssemos extraterrestres ao Planeta Terra, então seríamos extraterrestres ao ambiente. Mas nascemos aqui, o nosso cordão umbilical foi cortado aqui na Terra. (...) somos todos recursos do ambiente. A nossa força, o nosso trabalho é um recurso natural que é explorado por empresas ou pelo Estado.

(...) Podemos ser uns idiotas e dizer umas *parvoíces*, que se essas parvoíces forem ideias para novas políticas que formaram um partido político, o nosso intelecto será um recurso natural. Se continuarmos a ser idiotas e a dizer umas *parvoíces*, mas alguém ouvir as nossas *parvoíces* e, por causa das nossas *parvoíces*, criar um produto que vai espoletar numa explosiva nova economia, então as nossas ideias serão sempre um recurso natural. A nossa filosofia, a nossa imagem, a nossa arte, até a nossa espiritualidade serão sempre recursos naturais. Então, quando eu falo num *liberalismo económico digno dos recursos* é não interferir na lei natural dos mercados, mas impedi-los de afetar mantos sagrados (recursos naturais), mentes brilhantes (recursos intelectuais) e mentes humanas (recursos humanos).

Quando venho com este *novo capitalismo inteligente dos recursos*, é porque acredito profundamente no conveniente casamento urgente entre o sistema económico e o sistema ambiental, porque vê-los casados parece-me que possam colaborar melhor um com o outro e protegerem-se um ao outro.

Se damos cabo do ambiente não podemos mais tirar partido económico dele. A nossa economia vem daquilo que tiramos do ambiente, da cortiça que tiramos de 9 em 9 anos dos nossos sobreiros, (...) das construções que montamos, que anexamos aos mantos sagrados da Terra. Há um interesse fulcral em proteger o ambiente para protegermos a nossa economia, a nossa humanidade, porque enfim, sabemos que a humanidade está acorrentada ao sistema monetário; é essa a nossa economia, que é liberal e competitiva, mas que tem de ser sobretudo ecológica, sustentável, verdadeiramente preocupada e amorosa com os recursos, com as pessoas.

Acredito numa política que protege as pessoas, protege as pessoas dos mercados que as veem como objetos e, que por isso, as objetificam. É uma tendência natural dos mercados. Se há mercados que veem as pessoas como petróleo e como dados, obviamente que para eles, é isso que as pessoas valem e pronto. Para eles, não são pessoas. E para mim, não são mercados que deviam estar dentro do nosso sistema. Um mercado que deixe de olhar para uma pessoa como pessoa, para mim, perde toda a legitimidade de sobreviver no mercado; e se o mercado não conseguir expulsar esse indigno mercado, então que este *novo liberalismo digno dos recursos*, esta *nova política capitalista dos recursos*, fabrique a lei para chamar o Direito e expulsar de vez o mercado que é um cancro que dá cabo da sociedade; que dá cabo do ambiente, que dá cabo dos recursos ambientais e dos recursos humanos.

Se há mercados tão bons, padrões tão bons que montam empresas empáticas, que são empáticas, não só pelos seus colaboradores e funcionários a quem pagam *ordenados de felicidade*,

mas também, pelo meio ambiente, que respeitam a flora e a fauna, os outros mercados têm de se tornar bons! Ou os mercados se tornam bons e empáticos ou, então, mais vale darem o seu lugar na economia a outro. Se uma empresa que tem ótimas infraestruturas, uma indústria montada que custou uma tonelada, mas depois os produtos que está a usar são altamente poluidores, paga mal ordenados quando faz fortunas com os seus produtos ilegais e ilegítimos no meio ambiente, então, não está a fazer mais nada senão a dar cabo dos recursos! Acredito numa política que olhe para esta empresa de uma forma inteligente e veja as ótimas infraestruturas, os pilares que tem e obrigue a empresa a usar outro tipo de produtos que não polua tanto, fazendo-lhe uma oferta, reeducando-a; e se a empresa se ficar nas tintas, então, que juridicamente se consiga perguntar no mercado quem é que quer ficar com a exploração da empresa maligna, numa espécie de concurso público; e se nenhuma empresa for capaz ou quiser, então, que se nacionalize e que faça o Estado – se tiver capacidade técnica ou científica – boa figura junto dos mercados.

A inteligência dos recursos está em não mandar abaixo as estruturas, mas reabilitá-las, mantendo as estruturas, porque já houve ali uma pegada ecológica, já houve ali “um dar cabo do ambiente”; por isso, já que já se deu cabo, pelo menos, agora, que se saiba tirar o melhor proveito. Veio aí a febre dos carros elétricos, dos barcos elétricos, dos aviões elétricos, mas, entretanto, já se percebeu que afinal, as coisas elétricas precisam de baterias de lítio e a sua exploração e a sua produção pode ainda ser mais poluidora que as coisas a gasolina e até já apareceu “milagrosamente” a gasolina sintética que é neutra em carbono, e que por isso, não polui. E até chegarmos ao hidrogénio, vamos

demorar mais quanto tempo? 1 ano? Uma década? Mais 1 século? Ou só no próximo milénio é que vamos começar a falar do hidrogénio, “dos carros movidos a água”? Se efetivamente se comprovar científica e *engenheiramente* que afinal, os elétricos fazem pior à saúde do ambiente por causa das baterias, vamos como é lógico, aproveitar o que foi produzido, porque se produziu segundo aquela informação, que era a mais idónea naquele tempo tecnológico. Não vamos, agora, tirar das estradas os elétricos, porque se poluiu muito a fabricar as baterias, não...! Porque as baterias já foram produzidas, aquilo que tinha para poluir, já poluiu, pronto! Agora, não vamos é pôr-nos a produzir mais baterias, a produzir mais drones, quando finalmente sabemos que estamos a perigar irreversivelmente a saúde do Planeta Terra. (...)

É nesta política que eu acredito! Com novos legisladores como *Os Autores do Sistema* de Sebastião Lupi-Levy, que consigam reabilitar os nossos códigos, (...) torná-los mais tecnológicos. (...) Porque o Direito deve acompanhar a Economia e a Tecnologia. Dever acompanhar não é ter de andar ao sabor delas, nem sequer abraçá-las ou dar-lhes as mãos como se as namorasse! Dever acompanhar, é estar à altura para pôr os travões, para não deixar os patrões dos restaurantes filmarem os seus trabalhadores e os seus clientes com câmaras que lhes gravam o espírito e a voz.

(...) Saber e conhecer os produtos tecnológicos que se querem pôr a circular no mercado. Saber dizer não às tecnologias perversas, às tecnologias que são antagónicas de todos os direitos que andámos a inventar; a todos os direitos que estão constitucionalmente consagrados! Que estão lá escarrapachados na nossa Constituição! Que estão lá previstos no nosso Código

Civil! O meu *liberalismo digno dos recursos*, naturalmente que é adepto dos mercados, mas por ser digno é que não é adepto de todos os mercados; não é adepto de empresas *supertecnológicas* que têm poucos ou nenhuns recursos humanos, porque têm tudo automatizado e tudo robotizado, pondo em crise os recursos humanos e intelectuais, porquanto os afasta e os “elimina” ditando-os “não aptos” e, nessa pouca sorte, “não mais úteis” na sociedade. (...) o meu *liberalismo digno de recursos* seduz-se por mercados empáticos e tecnologias ecológicas, que são aquelas tecnologias que existem para aumentar verdadeiramente a qualidade de vida humana, não prejudicando a espécie humana, não baralhando a mente humana, não manipulando as relações humanas, que consegue aliviar o esforço humano sem ter que significar a inutilidade humana.

As casas imprimidas a 3D são uma expressão excelente da tecnologia ecológica. O meu *capitalismo inteligente* é, pois, uma provocação às mentes humanas, porque considero que para se ser capitalista tem de se ser inteligente, é preciso estar-se informado e muito bem informado. Capitalismo não é consumismo. Capitalismo não é empresas nem construções à toa. Capitalismo não é tecnologia à toa. Capitalismo é informação.

Saber, desde logo, de que são feitos os materiais. Do que é que é feita cada coisa em que mexemos. Se eu adorava uns ténis, uns casacos, mas depois descobri que aquele cheiro era de pele de vaca, posso deixar na prateleira. Ao menos, que a câmara instalada na loja que “me ouve” e que me grava a perguntar ao colaborador da loja de que são feitos aqueles ténis e “me vê” e me grava a deixar na prateleira, porque afinal são feitos de pele verdadeira de animal, sirva para *empatizar* o dono daquela câmara

e o dono daquela loja, reedueque aquele mercado, consciencialize aquele mercado a deixar as camurças e as peles e o seduza a imitar as peles e imitar o couro, por exemplo. Se gostamos tanto da pele da raposa vamos então tentar imitar a sua pele, não é arrancar-lhe a pele para fazermos dela os nossos casacos.

(...) Foi este o capitalismo, e o liberalismo que me saiu da boca ao colo do Fred com as mãos dele ao meu peito. E desse colo (...) fez-me depois falar como falei do meu capitalismo em Direito dos Contratos Públicos. (...)

Perguntei ao Xico se ele queria vir assistir à minha apresentação que ia fazer em Contratos Públicos. “Estava a ver que nunca mais tinha uma boa desculpa para ir a Contratos Públicos... Ainda não lá pus os pés desde a primeira aula, mas claro que para ver o menino de direito público a falar do *Sistema*, vou ver e digo-te já que pago para te ver a falares do *Sistema*, porque depois dessa tua aula esverdeada, sim, que tu a mim não me enganas, que eu sei muito bem que és todo verdolas e queres é pintar as paredes, o teto e os pilares do *Sistema* em doces pinceladas esverdeadas, faço-te um prato verdinho como tu gostas, faço umas pizzas para nós de brócolos e espinafres e depois faço-te aquele meu *risotto* de 4 cogumelos, que tu adoras, só para te ver “a vires-te todo” em cada garfada que vais levar a essa tua boquinha que eu tanto gosto! Aposto que o “Frrédériquê” Príncipe Não Sei Lá Das Quantas não te consegue dar melhores orgasmos do que eu te dou! O teu Príncipe está aqui à tua frente, sou eu! Sou eu que te vou dar orgasmos ao jantar, não é esse “Frréda”; tudo bem que é mais loiro e mais giro que eu, mas, ainda assim, eu dou-te mais orgasmos que ele, tens

que admitir, admite!”, respondeu-me o Xico numa milimétrica peça teatral.

E eu chamei-lhe cabrão: “Seu cabrão! *Hackeaste-me* o trabalho de contratos públicos!!! De onde é que vêm essas “doces pinceladas esverdeadas”???”. “Vêm do teu coração e eu oiço-o a bater! *Hackeei-te* o coração à nascença, sei tudo pelo que bate esse teu coraçãozinho... Acaba com o Fred, eu acabo com a Carminho, fica comigo e eu conto-te tudo sobre o mundinho dos teus *hackers*”, (...)

O Xico chamava-me “menino do direito público” num tom provocatório, porque ele sabia que eu tinha feito uma birra com o direito público nos primeiros anos da faculdade (...)

Dizemos “público” para nos referirmos ao Direito Constitucional, que é como se fosse um *Direito Político* onde aprendemos sobretudo as competências do Presidente da República, do Governo, da Assembleia da República, como é que aquela fábrica de leis fabrica as leis e como é que o Tribunal Constitucional fiscaliza a fábrica antes de se embalarem as leis ou como é que fiscaliza as leis que já foram embaladas e vivem ou vão sobrevivendo fora da fábrica.

Também dizemos “público” para nos referirmos ao Direito Administrativo, que é onde se inclui o Direito dos Contratos Públicos, que é onde aparece o Estado a contratar com as empresas, a celebrar contratos, nas suas mais “configurações” possíveis, seja como uma Universidade Pública, como um Centro de Saúde ou um Hospital, como uma Guarda Nacional Republicana ou uma Polícia de Segurança Pública ou uma Polícia Marítima (...)

(...)

Quando comecei a namorar com o Fred, sempre que eu chegava a Lisboa, os papagaios verdes de Lisboa anunciavam a minha chegada. (...) Anunciavam sempre. Viesse donde eu viesse. E anunciavam-me e depois denunciavam-me com o Fred.

Denunciaram-nos uns grandes beijos que nos descobriram a dar. Uma coisa é ser denunciado por papagaios. Outra coisa é ser denunciado por drones. E eu gosto de ser denunciando pelos papagaios. (...) Andei assim com os papagaios uns bons tempos. Foram coincidências atrás de coincidências que, hoje, eu tenho coragem de dizer com o meu espiritualismo, que os papagaios vinham anunciar-me a chegada. Foi o Fred que o disse e que me fez, por isso, agora, também dizer (...) houve uma altura que simplesmente deixei de ouvir os papagaios.(...) “São os papagaios... Outra vez que não me sobrevoaram... Parece que estão zangados comigo, Fred...”, lá lhe confessava... “Talvez seja porque não andes a sair ou a andar nos sítios certos... Talvez eles queiram que andes noutros sítios, que vejas coisas que ainda não viste... Quando vires aquilo que eles querem que tu vejas, eles vão voltar a voar sobre ti e a gritar como tanto gostas”. Era uma gritaria infernal. Uma gritaria que eu adorava. Uma gritaria que já me dava saudades. E essa gritaria voltou.

(...)

A natureza está cheia de inteligências que merecem ser protegidas. Nós somos uma inteligência que merecemos ser protegidos, por exemplo. Os cavalos são uma inteligência que merecem ser protegidos, por exemplo. As abelhas são uma

inteligência que merecem ser protegidas, por exemplo. São inteligências reais. Não são inteligências artificiais.

(...) conseguimos (...) contemplar dois militares da GNR montados em dois cavalos num bonito e tranquilo passeio. Iam a conversar, patrulhando. Sem estarem agarrados aos telefones, sem comandos de drones, sem nada.

Gostei de ver esses cavalos ali a passear “connosco” na floresta. Mas detestei ver depois o cavalo que vimos. (...)

Parecia que o cavalo “se tinha portado mal” e estava ali a cumprir castigo. Fiquei irritado e enervado por ver o cavalo, imaginando todos os outros cavalos, ali entregues àquela máquina de exercício e fiquei ainda mais irritado e enervado por não ter visto ali ao pé nenhum cavaleiro ou polícia ou militar. O cavalo tinha sido simplesmente ali entregue. Tinha sido ali posto dentro, fechado e tinha-se carregado no botão da máquina. Reparei logo na orelha presa do cavalo. O meu coração parecia que estava a ser esmagado por uma besta qualquer. De repente, parecia que eu nem tinha cérebro, porque eu já queria entrar por ali dentro daquele pequeno quartel militar exigindo explicações, vendo que raio de rotina é que estava ali montada. (...)

A orelha presa é um sinal de dor, de resistência, que demonstra que um cavalo está a trabalhar “muito duro”. O exercício físico do cavalo é muito importante, mas a ideia não é levar um cavalo à exaustão. Levar um cavalo à exaustão, para além de ser atentatório contra o bem-estar e a felicidade do cavalo, vai tornar vulnerável os tendões, ligamentos e músculos de apoio do cavalo. O que faz sentido, é fazer o exercício com o cavalo. Montá-lo. Saltar com ele os obstáculos, por exemplo. (...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade da sua
escrita e não deixar o espírito do
autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

O cavalo sente tudo. É capaz de distinguir expressões faciais e emoções humanas. Nós comunicamos com o cavalo através da nossa linguagem corporal. Quando sabemos isto, não podemos ter coragem de meter um cavalo numa máquina de exercício e ir embora e simplesmente deixá-lo ali como se ele fosse sei lá o quê!... É cruel, é desumano! Não é digno! E nesta minha indignidade, apareceram os papagaios numa outra vez gritaria infernal.

(...)

Há quem diga que os papagaios verdes de Lisboa são uma praga. Há biólogos a dizerem isto. Dizem isto, porque os papagaios gritam muito e com a sua gritaria acabam por afugentar outras aves. Eu já os ouvi a gritar muitas vezes. Têm um grito muito tropical. Mas nunca vi a sua tropicalidade a afugentar as outras aves, em Lisboa. Mas para os biólogos dizerem o que dizem, é porque eles certamente já gastaram mais tempo que eu a observar esses afugentares e toda essa entropia tropical. Mas eu não sou biólogo e por muito que os biólogos tenham razão, os papagaios verdes de Lisboa para mim não são praga nenhuma! São os meus *whistleblowers*. Os meus denunciantes. Ou talvez, seja eu, o *whistleblowers* deles. Foram os papagaios que quiseram que eu denunciasse isto. Foram eles que anunciaram esta minha denúncia. É nisso que eu acredito! Não apareceram ali a fazer uma gritaria, por acaso; aquela gritaria que eu queria fazer, e que por acaso, não pude fazer, mas eles fizeram por mim.

E foi assim que fiz as pazes com os papagaios. Prometi-lhes denunciar isto. (...)

É, pois, a Administração Pública a única capaz de mandar tirar o cavalo com a orelha presa dali e trazer para as florestas, para as cidades e para as praias em novas patrulhas. É a Administração Pública, a única capaz de trazer um novo patrulhamento que não seja por drones. Trazer uma nova paz tecnológica salvaguardando todos os direitos e todas as liberdades que fomos consagrar na Constituição. Porque a minha liberdade termina quando eu tenho um drone a sobrevoar por cima de mim. Porque a minha liberdade termina quando eu vejo um cavalo metido numa máquina de exercícios e não posso dizer nem fazer nada.

(...)

A economia sempre funcionou muito bem para os estúpidos. Para os estúpidos tudo é economia. Tudo é um jogo económico. Tudo vale como moeda de troca. Para os estúpidos é assim que se fazem máquinas, máquinas que fazem dinheiro e que desumanizam tudo e todos. “Mas não faz mal nenhum desumanizar, porque os humanos todos já nasceram dentro da economia...” “E não faz mal nenhum pôr objetos tecnológicos nos cavalos, porque eles já são um produto tecnológico da economia.” “Foi a economia que sofisticou e selecionou os seus genes...” Diriam os estúpidos da economia. Para os estúpidos, até os genes humanos entram no jogo económico, porque valem como dados que alimentarão um fantástico mercado de edição genética. Estamos no mundo das fantasias, dos registos e das edições. Agora, tudo pode ser editado. E com a *Impressora a 3D* já se pode imprimir tudo. Até se pode imprimir um novo mundo de direitos e uma nova sociedade intelectual como *Jupiter* de Gabriel Garibaldi. Agora podemos imprimir tudo. (...) E se vale imprimir

tudo, a febre dronática quererá também ver imprimidos drones nos céus. E se é assim, então eu também quero ver imprimida a minha ideia que não quer ver os céus cheios de drones.

(...)

Se eu tiver na Montanha Jupiter com o Fred, e o Fred estiver a dar-me aqueles beijinhos dele com língua cheios de saliva, cheios de genes dele que me fazem esquecer de tudo até dos meus próprios genes e ouvirmos o barulho dos cavalos a trilhar, temos tempo para nos largarmos e fingirmos que estamos só a ver a paisagem. Mas se um drone, seja da polícia, (...) seja de quem seja, aparecer numa nova desigualdade de armas e nos gravar em tempo real aos beijinhos, nós não temos tempo de defender a nossa intimidade, o nosso namoro, a nossa vida privada, a nossa imagem! E não é justo que isto aconteça! Só os polícias que não levam as suas namoradas e os seus namorados a passear à montanha é que quererão sobrevoar a montanha com drones! Só a Polícia Marítima que não pode fazer praia porque está de serviço, é que poderá querer sobrevoar as praias com drones. Drones na praia? Isto é para rir! Para rir ou para chorar? Quase que apetece ter de baixar uma aplicação para ver em que praia é que há drones e em que praia é que não há drones!

A Administração Pública que se tem um Código Verde “agora” diante dos seus olhos para cumprir, não se pode pôr a encomendar drones, a contratar drones, a autorizar ou a dar luz verde aos drones que não são nada, mas nada, mas nada verdes.

(...) E a Comissão Nacional da Proteção de Dados devia era abrir os olhos para o mercado dos dados e não se pôr a dar luzes verdes (...) A Comissão Nacional da Proteção de Dados

devia era acompanhar a tecnologia do poder de resolução das câmaras e dos microfones. Mas como é que há (...) um grupo de padarias, que é uma empresa que vende pão e tem as suas lojinhas distribuídas pela cidade – que é capaz de ser o grupo mais famoso de padarias (...) que para além de gravar a imagem dos clientes, ainda grava o som???????

(...)

Podem fazer o pão mais quentinho acabadinho de sair do forno e até pode ser o pãozinho mais saboroso (...) da região que eu não lá ponho, como é óbvio, os meus pés!!! Nem que para isso, eu tenha de montar também um novo grupo de padarias, onde não há câmaras nem microfones, porque o negócio é o pão e não os dados dos clientes e dos trabalhadores! (...) Eu imagino a economia de dados que ali deve estar naquelas padarias a serem vendidos acabadinhos de sair do forno como pãozinho quentinho... É mesmo caso para dizer que “com pão e bolos se enganam os tolos”! Só um “tolo” que não saiba disto, é que pode continuar a ir a essa padaria (...)

E reporto também à Comissão, que a padaria, para além do crime de dados que pratica na “gravação de conversas”, esqueceu-se de afixar “à data de hoje”, como o Direito “de hoje” manda, quem é que é o responsável pelo processamento e pelo tratamento de dados... Só para nós todos sabermos quem é que anda a “escutar” as nossas conversas. Já nem falo na gravação de imagens...

Eu gostava mesmo de saber em que é este grupo de padarias se baseou para achar legítimo nos seus interesses de uma qualquer dissimulada “proteção de bens e pessoas” poder fazer

da voz dos clientes e dos seus trabalhadores “objeto” de gravação!!!!?? É que gostava mesmo de saber! (...) “para sua proteção este local encontra-se sob vigilância de um circuito fechado de televisão, procedendo-se à gravação de imagens E SOM”! E SOM???????? De repente, parece que fomos todos teletransportados para 2080 de Antoine Canary-Wharf e ninguém nos avisou... Mas antes tivéssemos sido teletransportados para o 2080 de Antoine Canary-Wharf, porque em 2080 de Antoine Canary-Wharf há um Direito Tecnológico, há uma Polícia Tecnológica e há um Tribunal muito tecnológico para empresas montadas por humanos com ideias muito tecnológicas...

Ver assim a Comissão Nacional da Proteção de Dados a dar luzes verdes *À Velocidade da Luz* de Gil de Sales Giotto assusta-me muitíssimo! (...)

Se isto escapou à Comissão Nacional da Proteção de Dados, como escapam inúmeras câmaras de vigilância (...) Tenho de ficar stressado! Tenho de ficar stressado, quando sei que a tendência dronática está a sair das embalagens antes do Parlamento embalar leis e importá-las para o Direito. Faltam leis ao Direito! O Direito não pode transferir esta responsabilidade para a Comissão Nacional da Proteção de Dados que autoriza ou não impede cafés “a colocarem gravadores e microfones debaixo das mesas”.

(...)

O mercado quer pôr os drones a fazerem encomendas. Mas o mercado pode querer isso e muito mais. Aliás, ele quer isso e muito mais... Mas é o Direito que se tem que se chegar à frente e ser “cego” e “surdo” pelos investimentos que até a banca

financiou, está a financiar e quer vir a financiar. Isso para o Direito tem de importar zero! Essa economia de dados não pode ser patrocinada pelo Direito! A economia que patrocine! Os mercados que quiserem, que patrocinem! Agora o Direito patrocinar? Uma Comissão Nacional de Proteção de Dados patrocinar? Se os drones de encomendas tiverem mesmo, mesmo, mesmo, mesmo, mesmo, mesmo, que penetrar na nossa economia social, na nossa vida real, nas nossas cidades económicas, *epá*, que penetrem, mas que, ao menos, penetrem sem câmaras e sem microfones! Se os drones são para entregar encomendas não precisam de vir apetrechados com “olhos” e “ouvidos” nenhuns! Bastam-lhes um GPS para irem entregar à morada. A Comissão Nacional de Proteção de Dados, se for uma comissão a sério, não pode nunca, mas em circunstância alguma, dar luz verde a drones de encomendas com câmaras e microfones. E eu quero acreditar que a Comissão Nacional de Proteção de Dados é uma comissão a sério e vê que a pressão do mercado está a apontar com algoritmos a tudo o que é tudo; até ao amor! (...)

Mas o problema dos drones, não é só um problema de direitos de imagem e privacidade; é também um problema de ruído, de poluição sonora. E mesmo que sejam silenciosos, será sempre um problema ambiental. Fabricar drones é precisamente o contrário de uma economia verde, limpa e sustentável. E se não for um problema ambiental ou de saúde, porque se entenda que estejam muito, (...), muito longe do projeto de constelação de 45 mil satélites da Star Link, então, será sim um problema visual! Em cada 3 semanas, um novo pacote de satélites é lançado. No pacote do dia 7 de janeiro de 2020, 1 dos seus 60 satélites

lançados prometia um revestimento experimental para torná-lo menos reflexivo e reduzir o impacto das observações astronómicas. Mas essa promessa foi uma grandíssima peta, porque a 550 km sem telescópio no dia 7 de janeiro de 2020, eu interrompi os beijinhos com o Fred só para contarmos os satélites. E contamos 60. Vimos 60. Agora contamos estrelas e satélites... Agora já não são só as estelas que contam os nossos beijinhos. Agora os satélites também contam tudo o que veem na Terra. E desde o dia 7 de janeiro que eu consigo vê-los à noite a passarem no céu todos os dias e todos os dias eles interferem quando estou a olhar para a Ursa Maior, para a Estrela Polar, para Jupiter e para Saturno. Se com 360 satélites já é um problema visual, eu nem quero imaginar com 45 mil satélites! E é claro, que quem vê satélites à noite a 550 km, vê drones de dia a 5, 15, 55 ou a 550 metros! E o Direito À Vista? Que é o direito mais sagrado que há!?? (...)

(...) há aldeias do futuro muito mais evoluídas do que um país inteiro! – que vão ficar *destecnologizadas*, vão ficar fora da supertecnologia sem ficar fora da economia! Vamos ver cidades que não vão ter drones, porque vão proibi-los, desde sempre, porque não andam a dormir e veem a beleza das suas vistas com os olhos bem abertos à economia, à moda e às tendências e sabem perfeitamente que aliarem-se ao Direito do Bom Ambiente, ao Direito Ao Sossego e À Paz Tecnológica e ao Direito À Vista, porque veem as suas vistas como sagradas, (...) vai ser o maior espoletar do turismo! É esse que deve ser o contrato que o sistema deve colaborar com a Natureza no seu mais puro direito natural! Devemos ver esta aliança! Devemos ver

a tecnologia do contrato, porque é um contrato tecnológico, daqueles que se assinam com o espírito e com o coração!

(...)

Uma parte muito importante do trabalho que apresentei em Contratos Públicos tinha que ver com o ciclo de vida do produto, numa espécie de “eutanásia esverdeada”. Se o fim de vida de um drone pode ter um impacte desastroso no ambiente se a sua eliminação não for adequada, só o seu correto fim de vida, e só se fosse possível eliminar-se o drone, é que seria bom para a economia. (...) Mas para isso, seria preciso que os drones fossem recicláveis, pudessem ser recicláveis, e não se tornassem inúteis e um monte de lixo metalizado, um monte de lixo tecnológico a emitir energia e radiação por todo o lado. Os drones elétricos como os carros elétricos padecem do mesmo problema das baterias. Só na produção de um carro elétrico eu poluo mais 30% do que na produção de um carro a gasolina ou gasóleo. E as baterias têm um tempo de vida útil. Não duram para sempre. (...)

Para além de que há engenheiros que dizem comprovadamente que só na produção de um carro elétrico, eu posso poluir o equivalente a 8 anos de poluição de um carro a gasolina... (...)

(...)

(...) A tecnologia que não é ecológica, mata-nos! Podemos não conseguir ver isso agora. Mas temos de olhar para o futuro! (...)

(...) E por querer estar tão no futuro, é que me preocupo com os Contratos Públicos que podem afetar a minha vida e a vida do Fred!

(...)

Não há nenhum telefone vindo do além a telefonar para a Terra, a dizer que temos que atender uma chamada do futuro e que a chamada é pôr os drones a voar nos céus e instalar câmaras na Terra por todo o lado, porque lá em cima *O Deus Tecnológico* de Simão Roncon-Oom precisa de um *refresh* para atualizar os registos de cada um. É que, como somos na Terra 7, 7 bilhões (sete mil milhões!), *O Deus Tecnológico* afinal não consegue estar em todo o lado e precisa mesmo dos céus cheios de drones para ficar um pouco mais omnisciente sobre tudo e sobre todos... E avisa-se, então, já, que *O Deus Tecnológico* vai precisar de instalar câmaras nas igrejas para estar um pouco mais omnipresente e os crentes poderem sentir toda a sua omnipotência; e avisa-se já, que vai mandar os *supertecnológicos* filmarem os enterros e os velórios e mandar pôr no Facebook e no Instagram em tempo real para *O Deus Tecnológico* poder acompanhar de perto todos os velórios e todos os enterros. Porque a omnipotência começa no poder de poder instalar as poderosas câmaras. Ninguém está a telefonar para a Terra a dizer que o futuro e a evolução passam por essas instalações! Antes de todas essas instalações, há muitas impressões por se fazer! Porque o futuro e a evolução não passam pela Internet das Coisas, para ligar os pobres às TV's dos ricos! Para fazermos da pobreza um *reality show*, que nem os pobres vão lucrar com o sucesso dos seus filmes que, por acaso, são as suas vidas reais!

E ainda há de vir um vírus tecnológico qualquer em 2020, para dar corpo e escopo às profecias literárias (...) que disseram que em 2020 iria aparecer um vírus que disseminaria uma “ínfima” percentagem da humanidade e uma infinita percentagem da economia, capaz de nos assustar a todos como nos assustou o terrorismo e obrigar-nos a ir parar ao Zoom e ao Skype num novo grande zoom. O Zoom nasceu em 2013 e o Skype em 2003. Mas vão parecer, que nasceram em 2020. E nesse *reality show* de dados, em que os próprios governos lutarão para ficar com os dados, porque os próprios governos obrigarão seja pelo Código do Trabalho, que há de vir inventar a obrigatoriedade do teletrabalho obrigando todos os trabalhadores a irem parar ao Zoom sob pena de serem despedidos, seja pelo Regulamento de Avaliação, que há de vir obrigar todos os alunos a irem parar ao Zoom sob pena de chumbarem, alguém ficará com o pacote de dados. Alguém, ficará com a nuvem de dados. Alguém, ficará com a conservação dos dados. Alguém, poderá rebobinar as vezes que quiser. Alguém, poderá congelar a imagem das gravações as vezes que quiser. E num filme já visto, de *2080* de Antoine Canary-Wharf, aparecerão algoritmos que oportunamente detetarão os pedófilos, os psicopatas, os narcísicos, os depressivos, os *borderline*, os esquizofrénicos, os bipolares, os obsessivos, os paranóicos, tudo no mesmo saco de dados, que entraram em sessões tecnológicas pseudo-espirituais, em chamadas missas virtuais, para compensar o velório que o vírus não deixou fazer, num luto que ainda não fizeram por terem entregue o seu espírito ao novo *reality show*.

E o *reality show* não será, desta vez, só com os pobres económicos, vai ser também com os pobres sociais, que são

sociais na sua virtualidade, na sua *ecrânidade*, que por não saírem daquele ecrã, vão ficar presas e dentro do ecrã. E o *reality show* não será só com os pobres económicos e com os pobres sociais, vai ser também com os pobres espirituais que deixaram a tecnologia agarrar-lhe o espírito, que deixaram a tecnologia roubar-lhes a alma, ficar-lhes com a alma, levar a alma sabe-se lá para que mercado, sabe-se lá analisada por que cientista de dados. Esses novos cientistas de dados, que é como se fossem os novos espíritos, que veem o nosso espírito, porque simplesmente veem tudo, e por isso, é que, sabem tudo! Mas que sabem tudo, mas nem *Anjos Tecnológicos* nem são O *Deus Tecnológico* do Simão Roncon-Oom. (...)

Talvez o meu medo dos drones, seja mais um mecanismo de defesa, do perigo que eu vejo. De ver como anda tudo ao telefone, sem respeito nenhum pela imagem de ninguém, como anda tudo a filmar tudo, a fazer grandes raios-X no ar com os telefones *supertecnológicos* que ligados à Internet e ao GPS estão permanentemente a enviar a localização das pessoas que as câmaras dos telefones veem, e isso não é justo! Não é justo eu estar de mãos dadas com o Fred e uma pessoa que vai a escrever no telefone a andar – que é uma coisa que não se percebe, como é que alguém anda a olhar para o telefone – vir a apontar a câmara para mim e para o Fred e enquanto nos está a apontar, sem querer, está ali a acontecer um sofisticado reconhecimento facial e o telefone “já sabe” que sou eu e o Fred que vamos ali de mãos dadas e já está a depositar essa informação no já famoso *Big Data*. Eu não ando de mãos dadas em qualquer sítio com o Fred! Sei que em alguns sítios, na atual sociedade mundial, seria um suicídio! (...)

Sempre que a minha avó me perguntava sobre a minha namorada, eu dizia que tínhamos acabado e que (...) queria era focar-me nos estudos e que tinha muito tempo para namorar; e claro que a minha avó aceitava muito bem a minha resposta, porque metia os estudos ao barulho. Mas houve quem quisesse fazer outro barulho aos ouvidos da minha avó...

(...) Ouvir as fantasias de alguém, participar nessas fantasias e nesse mundo fantástico, nesse fantástico mundo espiritual, não faz de mim nem hipócrita, nem sonso, nem fingido, nem nada disso! Faz-me ser humano e inteligente! A minha avó tem outra idade, tem outro tempo, viu outras coisas que eu não vi, esteve em muitas coisas, suportou muitas coisas, venceu muitas coisas, venceu aquilo que tinha de vencer, é uma verdadeira vencedora!! E os seus 98 anos, que mais parecem uns 65, são a prova viva disso! Que nasceu para vencer! E eu não nasci para confrontá-la! Por causa dela, eu hoje estou aos braços do Fred! Por causa dela, eu existo! Por causa dela, eu vivi tudo como vivi e vi como vi! E temos tantas coisas para falar, tantas histórias, tantas memórias para contar, que o nosso amor não tem que sequer passar pelo meu namoro com o Fred; e não é por não falar do Fred com a minha avó que deixo de gostar menos do Fred. Se falo do meu namoro com tantas pessoas de quem gosto, (...) porque é que vou falar do meu namoro a alguém que não vê bem, que não vê natural? Que sentiria um verdadeiro desgosto? Eu posso respeitar isto! Não tenho de respeitar, é claro! Mas posso respeitar! E tanto que posso, que quero! Porque é a minha vida! Só eu é que sei geri-la! Só eu é que posso geri-la! E posso ter um namorado, que sei que será o meu eterno marido e posso

dizer à minha avó que é tudo mentira, que não tenho namorado nenhum e ainda assim não ser mentiroso nenhum.

Porque para a minha avó “o neto querido dela” não pode ser “um homossexual”, porque “está escrito na Bíblia” que um homem deitar-se com outro homem é uma “prática” homossexual e que “essa prática” – que quase parece, que estamos a falar de um ritual – é uma “imoralidade sexual” e que Deus “fez” o homem “para estar com a mulher” e “para encherem a terra”, para fecundarem e fecundarem e fecundarem e para não se preocuparem nem com a *superpopulação* nem com os recursos, porque os recursos da Terra são infinitos e que 7 bilhões agora ou 9 bilhões amanhã “podem continuar a fecundar à vontade” e a gastar os recursos todos da Terra, “porque são infinitos”. Se eu tivesse sido um dos profetas, do tempo das escrituras, tenho a certeza que Deus teria dito para eu escrever a todos os homofóbicos que não deviam de ter medo dos gays, “mas dos seus amigos héteros”, porque de certeza que não iriam encontrar o seu amigo gay deitado na cama com a sua mulher!

Teria escrito sob as doces ordens divinas, que os homofóbicos não deviam ter medo dos gays, “mas dos seus amigos héteros”, porque os seus amigos gays não seduzem as mulheres deles, e se olharem por acaso para as mamas das mulheres deles, é porque olharam por acaso e por acaso, não ficaram cheios de *tusa* “como os seus amigos héteros”. Teria escrito sob melosas instruções divinas, que as chances para um hétero se reproduzir, aumentam quanto mais gays houver, porque “esses” gays vão estão fora “dessa” competição dos genes, dessa competição pela reprodução, dessa competição pelas mulheres. E que, portanto, os héteros deviam ficar felizes e contentes quando

veem gays, quando sabem que há gays, porque afinal a ligação que os une pode ser uma verdadeira simbiose! “Pode ser um gay” que descubra o cancro do útero que a mulher de um hétero tem. Só ter escrito isto, faz-me sentir que estou no século I... Mas como o meu capitalismo inteligente dos recursos obriga-me a escrever isto no século XXI, eu vou continuar com este meu capitalismo inteligente dos recursos... “Que pode ser um gay” que cure a cegueira de um hétero e que o hétero possa voltar a ver a beleza da sua mulher, quão bela é a sua mulher! “Que pode ser um gay” que explique tão bem a física e a matemática ao filho de um hétero que o faça passar no exame determinante para entrar numa agência espacial.

“Pode ser um gay” que explique que só 20% do sinal Wi-Fi é que é captado, é que é mesmo utilizado, porque os outros 80% dissipam-se, perdem-se, ou são absorvidos pelas plantas ou penetram na pele ou vão para as moléculas do ar e da água e que, portanto, não faz sentido nenhum estar-se a gastar milhões numa tecnologia que afinal não rende tanto numa Era de poupança e de maximização do rendimento energético! “Pode ser um gay” que explique que quando as pessoas vão para o campo estão menos expostas à radiação, e por estarem no campo e o sinal no campo ser mais baixo, o telefone tem de aumentar muito mais o sinal que emite, logo se um telefone for usado no campo emitirá muito mais radiação do que se ele for usado na cidade onde o sinal está logo disponível, o que não significa que se tenha que instalar torres ou antenas no campo a emitirem também radiação no campo, porque já bastam as cidades radioativas e já basta usarem-se os telefones nas cidades. “Pode ser um casal de gays” que mate a fome numa determinada região do mundo. (...) “Pode ser um

gay” que dê trabalho ao filho de um hétero e lhe pague um *ordenado de felicidade* que faça aumentar a qualidade de vida do seu pai homofóbico e que agora já pode ir viajar com a sua mulher, porque o patrão do seu filho paga viagens às famílias dos seus colaboradores nas suas empresas. (...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade da sua
escrita e não deixar o espírito do
autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

(...)

Houve héteros mais inteligentes do que os seus pais homofóbicos que viram em mim um verdadeiro hospedeiro, porque sabiam que eu tinha primas giras, porque queriam cruzar os seus genes com os genes das minhas primas, porque imaginaram filhos lindos e uma vida cheia de sucesso com as minhas primas e fizeram-se meus amigos. Gabei-lhes a inteligência, mas não os quis alojar, não os quis trazer para as minhas sagas, teias e redes porque “já tinha celebrado os meus contratos simbióticos”. E quando celebramos certos contratos, outros contratos ficam de fora! (...)

As formigas-alfaiate formam pontes com o corpo para se deslocarem mais depressa, por entre mangas e mangueiras, fazendo ninhos de folhas. Cortam as folhas da mangueira para fazer os ninhos, usando as larvas para colarem as folhas. As formigas devoram as pragas. E um dono de uma quinta de mangas contratou com o Direito da Ecologia, um exército de formigas-alfaiate. E o dono da quinta de mangas usou fios encarnados “a fazer de ponte” para as formigas-alfaiate fazerem mais ninhos. O dono das mangas escolheu contratar com as formigas, ficando de fora as pragas!

As psicadélicas de dorso-branco alimentam-se da seiva do cereal de arroz, inibindo a sua produção. Os agricultores tailandeses aliaram-se a um inseticida natural: aos 300 mil morcegos de cauda livre que devoram as psicadélicas. Desta sorte, 25 mil pessoas podem ser alimentadas de arroz. As alianças e os contratos promovem a manutenção da harmonia da Natureza... Porque há bons contratos! Esta aliança não poderia contratar ao

mesmo tempo com as psicadélicas e com os morcegos. A simbiose dos agricultores com os morcegos faz superar a fome da *superpopulação*. Mas se houvesse aqui drones a sobrevoar, esta simbiose não seria possível, porque os drones interfeririam com a tecnologia dos morcegos, interfeririam com a sua ecolocalização, ou seja, com as ondas ultrassônicas dos morcegos (...)

Os morcegos são nossos amigos! Mas são nossos amigos à distância! São portadores de inúmeras doenças, inúmeros vírus, mas por alguma razão a tecnologia das suas ondas ultrassônicas impede-os de chegarem a nós! O que é suposto, é eles estarem distante de nós! A própria tecnologia deles, protege-nos. Eles “mandam-nos” as ondas, as ondas deles batem em nós, voltam para eles e eles já sabem que estamos ali e por saberem sobrevoam-nos sempre a uma distância de segurança, de forma a não nos contaminarem. Querem melhor tecnologia que esta? Eles são mais tecnológicos daquilo que nós pensamos. Eles sabem que são portadores de vírus. Mas podemos caminhar à-vontade com eles a sobrevoarem-nos que não vamos apanhar os vírus deles. O que não podemos fazer, é pô-los nas nossas panelas. Os morcegos não são para se comer. Os morcegos são para ficar fora das nossas panelas. Se os comermos vamos apanhar o vírus que a Natureza nos encomendou! Temos de saber interpretar as encomendas da Natureza: os morcegos, os porcos, as vacas, os toiros, as renas, as ovelhas, os cangurus, os cavalos, os cães, os golfinhos, as baleias, os hipopótamos, os tubarões, os mochos, as corujas, os cisnes, os flamingos, os pinguins e todas as outras aves monogâmicas, os cavalos marinhos, as mantas, as águias, os falcões, as girafas, as zebras, os elefantes e todos os outros mamíferos de carnes vermelhas não são para se comer!

(...)

Os drones à atual sociedade humana mundial são extraterrestres! Parecem extraterrestres! Então, mas com gente a morrer à fome, com gente sem teto, vamos pôr-nos a sobrevoar por cima delas ao invés de lhes darmos um teto? Vamos pôr-nos a filmar a miséria delas ao invés de eliminarmos-lhes a miséria? Parece uma cena extraterrestre! Então, mas ao invés de nos pormos a imprimir estufas autossustentáveis para nutrir os corpos dos pobres vamos pôr-nos a construir infraestruturas para carregar as baterias dos drones? Eu não digo que não se possam instalar drones, câmaras e Internet das Coisas por todo o lado, mas enquanto houver fome, miséria, pobreza, mendigagem não me parece muito boa ideia! Parecem mesmo instalações extraterrestres! Instalações fora do tempo! Instalações que não deviam ser para agora! Talvez, para depois, quando o Direito estiver um pouco mais a altura da tecnologia, quando perceber um pouco mais de tecnologia, quando for um pouco mais tecnológico. Talvez, quando o nosso Direito chegar aos calcanhares do *Direito Tecnológico* do 2080 de Antoine Canary-Wharf. Quando a sociedade for um pouco mais intelectual, quando respeitar um pouco mais a liberdade, quando for um pouco mais intuitiva. Porque nem o Direito, nem a sociedade estão neste momento “prontos” para andar de comando na mão, ou de telefone na mão e drone no ar!

(...)

Porque o meu direito de propriedade aéreo não pode ser sacrificado por causa dos caprichos tecnológicos de mentes que estão a arder em febre com os drones! Eu no meu jardim tenho

direitos de propriedade aéreos! Se não os veem, é porque deviam deixar a tecnologia de lado, porque eu sem óculos de realidade virtual aumentada, vejo muito bem os meus direitos e eu não posso perder os meus direitos no meu jardim por causa dos drones! Nem sequer posso perder os direitos que tenho de estar numa montanha a fazer um piquenique com o Fred como sempre fazemos – quando não o fazemos nos jardins ou nas praias – e de não sermos sobrevoados por nenhum drone, como já fomos! Se o Código Drone estivesse bem feito, eu não me preocupava tanto com os drones, mas o código está muito mal feito, mas mesmo muito, muito, muito, mal feito!

(...)

Mas mesmo que se impusesse uma altura mínima, de 15, 20 ou 30 metros, por causa dos direitos de imagem, de nada valeria se eu arranjasse um drone com 5 espetaculares câmaras potentíssimas que é indiferente eu estar a essa altura, porque com o *zoomzinho* eu aproximo e capto tudo nitidamente e tudo nuamente! Porque foi horrível eu estar uma vez a namorar com o Fred num terraço abandonado que encontrámos num jardim gigante onde ninguém nos via e ter aparecido um drone e ter ficado ali a olhar para nós e obrigado a sairmos dali a correr. E foi, outra vez, horrível estar com o Fred num miradoiro deserto com uma vista aérea sobre a paradisíaca ilha onde estávamos e no exato momento em que o Fred me ia roubar um beijo ter aparecido um drone “sem piloto” vindo lá de baixo! É horrível essa sensação!!!! Horrível!!!! (...) Mas que brincadeira vem a ser esta, afinal? Mas qual é que é a ideia afinal do Direito? (...)

Se calhar, para as pessoas que se põem a partilhar tudo, a filmar tudo, a terem conversas com todos e em todo o lado, se calhar estão se nas tintas se há câmaras que processam a voz, se há drones a sobrevoarem e a filmarem, se os microfones dos telefones ligados à Internet depositam ou não a conversa no *Big Data* ou se a conversa é ou não *hackeada* por um hacker qualquer ou se é vendida a um empresário de ideias tecnológicas qualquer ou se o dono da câmara rebobina, congela e avança como quer nas conversas que inconstitucionalmente, ilegalmente, ilicitamente, imoralmente e ilegitimamente se tornou dono, se apoderou, se apropriou delas – mas quem é que lhe deu a legitimidade?

O Direito??? Que Direito é esse???? Só se for um Direito ilícito, perverso e aberrante que também foi parar ao mercado dos dados ou que se anda a deitar na cama dos empresários de dados ou que anda em cultos de dados orgiásticos ou anda simplesmente drogado, só pode! Mas eu não me estou nas tintas! Não me estou nas tintas, nem estou drogado, porque não me drogo, nem deixo que me droguem! Eu e o Fred não andamos por aí drogados, (...) Não nos pomos a filosofar onde há telefones *supertecnológicos* ligados permanentemente à Internet que adoram escutar e processar tudo! E quando vamos ao mercado, vamos de mãos dadas, com os cérebros ligados um ao outro, apaixonados um pelo outro, mas lúcidos!

Quando vemos um robot aspirador queremos comprar, porque sabemos que vai dar jeito, mas queremos comprar um e vamos comprar um que não tenhamos que ligá-lo à Internet, para não se pôr a mapear a nossa casa e, de repente, a planta tecnológica da nossa casa ir parar às mãos do ladrão que está à

nossa porta a *hackear* o nosso robot! Quando vemos um robot aspirador que comunica com o robot esfregona e que ouve as instruções que dou à esfregona, mas também ouve o que eu digo ao Fred, sabemos que não queremos nem vamos comprar! Se calhar, também nos dá jeito ter um robot esfregona, mas sem um chip, sem que aquele robot, (...) aquela tecnologia, aquele produto, seja um chip dentro da nossa casa e que funcione sem estar ligado à Internet, porque é mesmo esse que vamos comprar! Não precisamos que o aspirador comunique com a esfregona, nem precisamos de sensores nem nada, porque há interruptores!

Haver sensores que nos ouvem a dizer “ligar a luz” é porque, os chips dos sensores “vão ouvir” tudo o que eu e o Fred dissermos e não dissermos até dissermos “desligar a luz”. (...)

(...)

Quem me dera poder ficar nas tintas para isto tudo, nem ter de escrever isto, mas não posso quando começo a ver as pessoas a andarem com bíblias, algoritmos, telefones ou com comandos de drones na mão... Não tem mal nenhum andar com uma bíblia na mão, desde que seja uma bíblia que passe uma mensagem bonita recheada de bons valores que nitidamente permitem uma instalação soberba de paz, tolerância e segurança! O que tem mal é andar com bíblias que dizem que eu não posso andar de mão dadas com o Fred, nem posso deitar-me com ele na cama, e por isso, gerarem-se grupos criminosos à nossa volta que nos querem aniquilar, porque estão agarradas àquela letra, porque são cegos por aquela letra, porque estão agarrados àquela tecnologia, porque há uma tecnologia nas bíblias.

Quem me dera que a liberdade delas, a tecnologia delas não interferisse com a minha liberdade, com a minha tecnologia. Mas interfere! E porque interfere, eu não me posso dar ao luxo de me ficar nas tintas, numa sociedade de informação *supertecnológica* numa Era híper tecnológica, em que o direito não está a ser tão tecnológico como devia! Proibir algumas tecnologias seria um sinal inteligente do direito, se fosse tecnológico! Se fosse um direito preditivo, como os cérebros humanos que são preditivos!

(...)

Enquanto houver “bíblias” que dizem uma coisa e outras que dizem outra, nazis, gangues criminosos, listas nazis tecnológicas (...) eu não posso ter drones a voarem por aí à toa. Por muito que eu quisesse, não pude falar de drones em Contratos Públicos, porque na altura ainda ninguém falava... Além de que ainda não tinham saído estudos sobre os níveis de emissão. Por muito que eu já visse esses níveis de emissão, sem ciência, eu não podia falar sobre isso só com a minha intuição. E tive de esperar pacientemente pela ciência. E como a ciência ainda não chegava com os seus estudos na mão e era hora de entrar naquela sala de aula jurídico-científica, tive de entrar sem telecomandos de drones na mão.

O Fred também lá estava na fila da frente ao lado do Xico na minha apresentação de Contratos Públicos. Eram os únicos na fila da frente, os outros colegas estavam distribuídos nas filas logo a seguir e na última estava a regente. Eu adorava aquela professora-regente. Só tinha falado com ela por causa das faltas do Xico, e nessa vez, como é natural, a professora não tinha nada

sido simpática. Mas eu adorava-a! (...) Não tinha nada um ar pesado; andava com uma leveza de espírito que me apaixonava, e apaixonava-me ainda mais por saber que ser regente de um cadeirão daqueles, que está em permanente contato com *O Sistema*, e por isso, carregava com ela as maiores intrigas do *Sistema*, sabia tudo sobre *O Sistema*, e mesmo assim, andava como se nada passasse, como se a informação só passasse por ela. (...)

Comecei por dizer que o meu interesse pelas considerações ambientais na contratação pública nascia antes de ter ingressado naquela cadeira de Direito Administrativo dos Contratos Públicos. O meu trabalho era sobre o *Green Public Procurement*, que basicamente é um instrumento voluntário de compras verdes para o estímulo da procura por bens e serviços mais sustentáveis orientado por uma política da União Europeia. As autoridades públicas da Europa, o Estado português, (...) o Estado espanhol, (...) são grandes consumidores. Os Estados, ao usarem os seus poderes de compra para escolher produtos, serviços e obras ecologicamente corretos, dão uma contribuição importante para o consumo e a produção sustentáveis. Para ser eficaz, o GPP (*Green Public Procurement*) exige a inclusão de critérios ambientais claros e verificáveis para produtos e serviços no processo de aquisição pública. A Comissão Europeia e vários países europeus desenvolveram orientações nesta área, sob a forma de critérios GPP nacionais. (...)

Entendo o GPP como um bom escape jurídico para o continuado reeducar dos produtores, dos fornecedores, dos consumidores e (...) dos mercados. Reeducar no sentido de se chamar à (...) sensibilidade para os recursos naturais, humanos e intelectuais através dos avanços das ciências da natureza (...) para

o equilíbrio dos ecossistemas naturais sustentáveis, desacelerando o seu esgotamento, promovendo (...) o respeito pelas gerações presentes e futuras, perdoando toda a herança dos outros nossos genes, que enfim, foram desgravatando, às vezes, inocentemente os mantos sagrados da Terra. Este reeducar que parece agora mais pertencer, do que nunca, à Administração Pública (...) vem autorizar de forma (...) fiel os condões genéticos da Terra, o reinventar da nova longevidade.

E nesta minha boa verdade, parece-me que só pondo a “boa” Administração Pública a administrar não os pulmões da Terra, mas a administrar toda aquela fumaça de mercado adjudicatário que quer contratar com os alvéolos e brônquios da arquitetura pulmonar adjudicante, é que talvez se consiga compelir empaticamente a garantia daquela arquitetura, a bons séculos futuros. Aprendi em Direito dos Contratos Públicos que a entidade adjudicante é normalmente a Administração Pública, que nasceu neste mundo do Direito presa aos mantos da Terra, e a entidade adjudicatária é a destinatária do contrato, ou seja, a empresa que vai contratar com a Administração Pública. Mas para contratar há regras. Regras para concorrer aos concursos públicos que a Administração Pública vai lançando no sistema. A ideia é simples: ganha a empresa que for a melhor amiga do ambiente ou a mais barata ou a mais tecnológica ou a mais isto ou a mais aquilo, dependendo da política que se viva no país. Mas independentemente da política que hoje se viva no país, nós estamos acorrentados à Europa, e a Europa já disse que quer todas as administrações públicas a contratar com as empresas mais esverdeadas, mais sustentáveis. Era sobre isto que se tratava o meu trabalho.

Foi preciso eu ter escolhido a cadeira de Contratos Públicos, que era optativa, para entender a verdadeira linguagem do sistema. Porque nenhuma empresa pode explorar parques de estacionamento se não concorrer a um concurso público e ganhá-lo. A Administração Pública é como uma árvore; nasceu com as raízes agarradas a tudo, tudo está preso a ela, tudo o que é de domínio público é a ela “que pertence” e só ela é que pode decidir ir dando uns troncos a uns para explorarem e produzirem madeira, ir dando a uns azeitonas para explorarem e produzirem azeite, ir dando a uns os óleos dos caroços para explorarem e produzirem cremes, ir dando a uns as folhas para explorarem e produzirem chás e remédios. É mais ou menos isto o que se passa (...) em Portugal.

E ninguém está posto de parte pela Administração Pública. Ninguém está posto de parte, porque a Administração Pública é a mãe do sistema, e nenhuma mãe põe de parte um filho, mesmo que tenha 9, 10 ou 11 milhões de filhos. Somos todos filhos dela. Somos todos filhos do sistema. Mas a Administração, enfim, está um pouco cansada de ouvir todos os filhos, sempre com as suas ideias, cansada de ler propostas e mais propostas e mais propostas e lá precisou de arranjar uma data de secretárias e secretarias, e por isso, quando nós queremos contratar com a nossa mãe, como a nossa mãe está tão atarefada a gerir a política do país, se quisermos propor algum contrato terá que ser primeiro por intermédio das suas secretárias. Primeiro temos de falar com as secretárias que a nossa mãe arranjou, e lá se a proposta for boa, quanto melhor for, mais vamos ver a proposta a chegar perto da mãe, até que a nossa mãe nos chamará para celebrarmos definitivamente o contrato de exploração. A

nossa mãe é uma empresária e não tem tempo para brincar em serviço. E nós ou olhamos o que se passa à nossa volta e queremos acompanhar o mercado, ou ficamos de fora! E não tem mal nenhum querermos ficar de fora! Podemos sempre ser clientes, ser consumidores.

Quando as empresas andam bem, pagam *ordenados de felicidade* aos seus colaboradores e trabalhadores, não poluem ou poluem muito pouco o ambiente, são amigos das árvores e dos animais, não há com que preocupar e podemos ficar para sempre do lado do cliente ou do consumidor. Se os produtos que eu compro no mercado são realmente bons para o meu organismo, não põem a minha saúde em xeque, nem a minha privacidade, nem os meus dados, nem a minha integridade, nem a minha honra, eu não me importo nada de ficar para sempre do lado do cliente! Mas se vemos que as empresas não andam bem, que há circos com elefantes presos, eu vou querer também montar o meu circo, ganhar a licença para ser eu a montar o meu circo na feira e não o outro circo, porque no meu circo não há elefantes presos! Uso, por exemplo, um holograma, já que estamos no tempo dos hologramas, posso chegar em boa hora com um holograma de elefante. E perante o meu circo e o circo do outro, a Administração Pública fica obrigada a contratar comigo, porque o meu circo, que é a minha empresa, é mais sustentável que o do outro, porque eu não ando com a alma pesada a transportar elefantes de um lado para o outro.

Todo o nosso Direito é muito espiritual. Está cheio de alma! É por isto, que eu vejo o Direito dos Contratos Públicos com bons olhos. Porque para se conseguir contratar com a Administração Pública é preciso ter uma série de critérios. A

Administração Pública agora vai ouvir! Ela está a ouvir! E ela quer ouvir! Mas ela quer ouvir é boas propostas! Se as propostas que tiverem em cima da mesa forem boas, ela vai querer contratar connosco! E neste nosso contrato, podemos ter a oportunidade de fazer as coisas bem, de fazer as coisas melhor que os outros já fizeram, de não repetir os erros dos outros. Porque enquanto há empresas que protegem e querem mesmo proteger e pagar *ordenados de felicidade* e não ferir o ambiente, há outras empresas que, neste momento, estão a esgotar e desgastar o ambiente e todos os seus trabalhadores. Há empresas que fazem mal à saúde do ambiente e sobretudo à saúde dos humanos. E por ver isto tudo, comecei a apaixonar-me pelo Direito dos Contratos Públicos.

(...) E será nesta esteira esverdeada em que se arreiga este nosso Direito dos Contratos Públicos vinculado pela garantia desta *arquitectura sustentável* que nos permitirá seguramente ficar na Terra, sem ter que alinharmos com todas estas novas classes da ciência física pseudo-elitista, que nos querem teletransportar numa viagem tecnológica para Marte. É que, se ainda fosse para *Jupiter* de Gabriel Garibaldi, era uma coisa... Mas, não... As ambições que estão a hipnotizar todos no sistema, são marcianas!

Mas nessa hipnose, ninguém conta que sair da Terra faz expandir o cérebro. (...) E nessa expansão de ideias cerebrais há, então, quem queira seduzir e vá, mesmo, seduzindo as novas gerações a partirem para Marte, não tão-só pelo “problema da *superpopulação*”, mas também pela escassez dos recursos na Terra. E eu julgo que uma boa bofetada (...) (dada) pela nossa mãe administrativista, aqui na Terra, nos (...) (pode) salvar de loucas e aborrecidas viagens espaciais à procura de novos recursos.

O seu donativo é muito importante para proteger a qualidade da sua escrita e não deixar o espírito do autor morrer.

Não deixe o espírito deste autor morrer.

Está nas suas mãos não deixar o espírito deste autor morrer.

Faça um donativo ao autor para o IBAN

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

Que se salvem os nossos recursos primeiro! Que se reediquem os mercados! Parece-me que com o Direito dos Contratos Públicos, seja possível reeducar os mercados! Seja possível rejeitar um *supercapitalismo*, um capitalismo *supertecnológico* hipnotizado pela busca alienígena do sistema de novos recursos em Marte, preferindo e perfilhando um *capitalismo inteligente dos recursos*! Um novo *capitalismo inteligente dos recursos* monitorizado não por um sistema automatizado da Internet das Coisas, mas por um sistema empático administrativista, que julgo que o *Direito dos Contratos Públicos Ecológicos* esteja em perfeitas condições de tomar posição privilegiada no palco verde. (...) Foi, mais ou menos, assim que eu apresentei o meu trabalho. Eu não sabia se podia dizer aquelas coisas ali na sala de aula ou não. Eu não sabia se podia falar de Marte. Não sabia se podia falar em hologramas. (...)

Tenho gosto em defender a máxima que os *Contratos Públicos Ecológicos* são um vetor de crescimento económico. Parece-me intuitivo que se nós, virtualmente colocados na posição do sector público, fossemos melhores a comprar produtos ecológicos, poderíamos resolver imediatamente várias querelas. Estaríamos logo, (...) a proteger o clima e o ambiente, e depois estaríamos a gerar crescimento e emprego nas empresas que desenvolvem tecnologias ecológicas, em harmonia ou respeito da lógica do sistema económico ecológico.

Então, parece-me que, os *Contratos Públicos Ecológicos* sejam um dos elementos-chave para transformar o mundo no sentido de uma economia ecológica. E é por isto, que o Direito dos Contratos Públicos é o direito que está em posição mais privilegiada, neste momento, para proteger o ambiente, (...)

chamando (...) as considerações ambientais enquanto critério de adjudicação, para adjudicar, contratar, com a melhor proposta de todas as propostas que estavam em concurso!

Se a economia é naturalmente uma ciência virtual, porque eu não consigo tocar nela, eu não consigo tocar na economia, a economia só existe na teoria, só existe na nossa cabeça, não é uma paisagem, é um holograma, mas um holograma que se tornou uma realidade virtual aumentada, que nos hipnotiza, pressiona e comanda, e se ela é tendencialmente concorrencial, então que se concorra no mercado ecologicamente. Que se tragam os bons hologramas! Que se projetem as boas ideias. Que se tirem os elefantes dos circos e os devolvam à savana e que se tirem os golfinhos dos aquários e os devolvam aos oceanos. É este o holograma que eu vejo! Como vejo o velcro nas corridas de toiro.

“Podemos continuar com as corridas de toiro”, podemos continuar com o espetáculo, mas garantindo a diversão, a integridade e a felicidade de todos os intervenientes do espetáculo, incluindo os animais. Temos muitas ganadarias em Portugal, muitos cavaleiros em Portugal, muitos montados em Portugal. Se queremos “manter a tradição da corrida portuguesa”, temos de evoluir. Já há pessoas a correr com os telefones. Já há pessoas a correr com tecnologia. Então, podemos olhar para elas e dizermos que nunca iríamos correr com um telefone, mas podemos olhar para esse espetáculo tecnológico e teletransportar a tecnologia para onde ela possa ser francamente útil. “Podemos continuar com as corridas de toiro, sim”, mas, só podemos, se trouxermos o velcro para as corridas. E assim, eu posso ter os toiros em liberdade nos montados, chegar com o camião ao

montado, baixar a rampa e trazer os toiros para a corrida que “querem vir”. Porque há toiros que estiveram na corrida e “querem voltar” para a corrida! Isto é mesmo verdade, porque os toiros são animais inteligentíssimos!

São toiros-bravos, e “até” “lhes pode estar na natureza aquela brincadeira de espetáculo”, mas o espetáculo tem de ser isso mesmo, uma brincadeira! E nas brincadeiras, não pode haver sangue. O toiro tem de voltar ileso para o montando sem que a viagem o stress. E é assim, que mexemos na economia com pauzinhos de perlimpimpim! Todos aqueles que eram contra as corridas, vão talvez começar a perceber a economia toda que há por detrás da tauromaquia e vão provavelmente aderir a um espetáculo igual, mas sem sangue. Porque se pode fazer tudo igual, mas ao invés de se espetar a farpa, “espetar-se” um velcro! E vamos todos ouvir o triplo dos aplausos! Vamos ver muitos mais aplausos, muitos mais bilhetes, muitos mais financiamentos para se aumentar o bem-estar dos animais. E os toiros que forem a estas novas corridas, voltarem para o montando e virem o camião a chegar e a baixar a rampa, irão a correr para o camião, porque sabem que podem ir ao espetáculo, mas no fim do espetáculo voltarem em sossego e paz para casa. No Canadá, não sei se é assim que se faz como acabei de o dizer, mas no Canadá, que é um país que tem alguma sensibilidade pelos animais, só permite as corridas de toiro com velcro. O velcro é como se fosse uma bandarilha tecnológica, que não faz sangue. Podemos tão-só representar a história. Podemos brincar com a história. Podemos até fazer lindos espetáculos nas nossas corridas de toiro à gladiadores, trazendo os romanos e os escravos e os jogos e as lutas. Eu até nem me importo de fazer de escravo. Sou preto e

tudo! Tenho prioridade para passar no casting. Mas não me importo, se for a representar! Porque podemos representar a escravatura, no teatro das coisas, no espírito de brincadeira das coisas. Agora não vamos é voltar a escravizar! Estamos noutro tempo! Estamos no século XXI!

Se o sistema se lembrou e bem, de tomar em consideração o ambiente, então, que se aproveite essa boleia, esse espírito empático do sistema. Ora, se o sistema ainda permite e ainda quer incluir nos seus programas, nas suas leis, nos seus contratos, o ambiente; (...) que se abrace este nosso convidado da uma forma sustentável, humana, racional, criteriosa e que se perfilhem os critérios e os requisitos da disciplina jurídica desta antiga, desta nova e desta futura Administração Pública no seu direito *aos Contratos Públicos Ecológicos*. Se a Europa foi pioneira a oferecer soluções verdes, (...) parece-me que a Europa deva (...) manter a liderança no mercado das *tecnologias ecológicas* como meio de assegurar a eficiência da utilização dos recursos em todos os sectores da economia.

(...)

E fui, assim, ficando cada vez mais à-vontade naquela minha ala política. Vi que tinha o amor do Fred e do Xico e, de repente, vi a alma da professora a sair do seu corpo e a ligar-se à minha. Parecia que tínhamos os cérebros ligados um ao outro. E comecei a falar de temas mais sensíveis, sobre o combate do novo *eco-marketing ilicitamente inteligente* e do novo *branqueamento ecológico de capitais* porque aqueles que se dizem “amigos do ambiente”, sendo verdadeiros inimigos do ambiente, sabem como concorrer e como contratar... Projetei e deixei assim projetado

no ar uma data de questões num poético meu holograma: “quais as cores e os pincéis disponíveis para as entidades adjudicantes pintarem os seus contratos de verde?”, “será a contratação pública ecológica, a nova ditadora de mercados empáticos?”, “serão os novos mercados empáticos os novos ditadores da contratação pública ecológica?”, “porquê esverdear os tempos da contratação pública?”.

No meu capricho do esverdeamento do sistema e da “empatização” dos mercados, comecei por querer chamar a agricultura biológica aos meus *novos contratos de ecocatering*. Quer se trate de refeições para escolas, hospitais ou prisões, para cantinas de empresas ou serviços de fornecimento de refeições para reuniões e eventos, a Administração Pública é responsável pela aquisição de grandes quantidades de alimentos e bebidas todos os anos. A agricultura é uma parte importante da economia europeia e também tem um grande impacto ambiental, sobretudo em emissões de gases com efeito de estufa, de degradação do solo e da água, de biodiversidade e de resíduos. O transporte, a embalagem e o armazenamento de produtos alimentares aumenta significativamente esta pegada ambiental! Ora, se já muitos consumidores insistem em opções mais sustentáveis quando se trate de adquirir produtos alimentares, então definitivamente, a meu ver, a Administração Pública não poderá naturalmente ser exceção.

Se eu, que sou uma pessoa singular, quando vou ao supermercado olho para dois produtos de marcas diferentes do mesmo preço ou quase do mesmo preço e prefiro comprar aquele que não tiver plásticos nenhuns, a Administração que é uma entidade pública também tem de fazer isto. Não pode

contratar com plásticos! Não pode contratar com açúcares! Não pode contratar com porcarias! Pode haver as piores porcarias no mercado e “todos somos livres” de consumir as piores porcarias do mercado, porque “somos livres”, mas a Administração não é livre para comprar porcarias, porque está acorrentada a um Estado e rege-se por princípios jurídicos. E são os próprios princípios administrativos que impedem a Administração de contratar com os maus que trazem toda a porcaria para dentro do sistema. A produção biológica, a escolha de alternativas mais sustentáveis e a redução dos resíduos alimentares e das embalagens parecem-me ser francamente medidas que possam fazer uma diferença mensurável. Em bom rigor, estima-se que os resíduos alimentares representem, pelo menos, 170 milhões de toneladas de emissões CO2 por ano – equivalente às emissões de um país da dimensão da Roménia ou dos Países Baixos.

Ora, numa abordagem dos *contratos públicos ecológicos*, defendo, pois, a especificação de uma percentagem mínima de alimentos que devem ser produzidos de forma ecológica, simultaneamente com a atribuição de pontos adicionais durante a fase de adjudicação a produtos com percentagens superiores “àquele” requisito mínimo originalmente fixado. Defendo a especificação de percentagens mínimas e a atribuição de pontos para a utilização de frutos e produtos hortícolas da época. É urgente os contratos públicos ecológicos protegerem cláusulas contratuais relativas à redução ao mínimo dos resíduos alimentares e dos resíduos das embalagens dos alimentos.

A cidade de *Lens* exigiu, por exemplo, que 20% dos produtos alimentares fornecidos nas refeições das escolas fossem biológicos. Os alimentos fornecidos tinham de ser certificados

como biológicos. Os prestadores de serviços são obrigados a garantir a rastreabilidade, com cláusulas de execução do contrato que incluem coimas pela não prestação de informações sobre os métodos de produção e a rastreabilidade dos produtos, quando solicitadas. Este contrato teve efeitos benéficos na saúde humana e no ambiente e contribuiu para promover e aumentar a procura de alimentos biológicos.

Mas nós quando ficamos a saber do “caso Lens” o que é que podemos aprender com ele? Que 20% é ótimo! Mas ficarmos agarrados “à tecnologia” desses 20%? Será que se quisermos copiar, temos de copiar os 20%? Temos de começar com os 20%? Temos de começar com a exigência de 20% dos produtos alimentares do contrato de *ecocatering* para as refeições na escola serem biológicos? Só 20%, porquê? Perante este caso, não devemos copiar os 20%... Mas 90%!!!! Mas 90% é muito? Se for muito, nós baixamos para 80%... Se 80% ainda é muito, nós baixamos para 70%, se ainda não estivermos intelectualmente maduros – porque é preciso tornarmo-nos urgentemente intelectualmente maduros! Temos de aumentar logo a fasquia das coisas! A ideia é nós evoluirmos, não é ficarmos presos àquilo que nos implementaram, é nós conseguirmos libertarmo-nos dos números que nos deram.

(...) o mel encontra-se altamente processado nos mercados. Cerca de 5 a 15% é verdadeiramente mel. A maior parte dos potes estão sedimentados com corantes, conservantes e açúcares altamente cancerígenos e promovendo a diabetes. As abelhas produzem o mel para seu alimento. Para se alimentarem dele. Basicamente, nós, esperamos que elas produzam e armazenem e vamos lá e roubamos destruindo toda a lógica do

ecossistema das abelhas prejudicando a sua sustentabilidade e desrespeitando os princípios ambientais. Há, todavia, apicultores biológicos que demonstram verdadeiramente que respeitam os ciclos naturais dos ecossistemas das abelhas produzindo mel puro.

Na mesma sorte, compactuamos com o negócio aviário quando há produtores de galinhas que vivem ao ar livre que põem ovos com ciclos menstruais normais e aqui não interessa se os ovos têm ou não o mesmo sabor, interessa é que as galinhas estão livres não estão metidas em capoeiras e os ovos têm um ciclo menstrual normal. Ora, reforçando uma ótica de contratação pública esverdeada, defendi que as entidades adjudicantes, todas aquelas que se situam na mão da Administração Pública, devessem aqui adotar uma posição empática para com o ambiente tão-só contratando com os mercados de mel biológicos ou com os produtores aviários que não administram hormonas às suas galinhas e as têm livremente a viver. E, portanto, eu, universidade pública, ou escola secundária, ou escola do 1º, 2º e 3º ciclo, ou infantil, que sou um tentáculo do polvo que é a Administração Pública (...) só posso e só vou contratar com o produtor que for mais empático com as abelhas, galinhas (...). (...)

Só vou contratar com o produtor que “tão-só rouba” metade do mel das abelhas deixando-lhes a outra metade. Só vou contratar com o produtor que tiver as galinhas livres na quinta. (...) Se eu sou uma pessoa singular e sou capaz de dizer isto, (...), a Administração Pública também tem de ser capaz. (...)

O Direito dos Contratos Públicos num conveniente casamento com o Direito à Saúde, que é um direito administrativo, tem de começar a olhar e a ouvir o que diz a Organização Mundial da Saúde, porque deve ser sempre esse o seu referencial. Só assim, é possível o sistema estar todo ligado. Estarmos todos sintonizados. Senão, está cada um com as suas ideias que de científico pouco ou nada têm e nós só conseguimos avançar com o conhecimento científico das coisas.

(...) Em respeito às considerações ambientais, defendo que a mãe administrativista poderia já acolher as doutas esteiras nutricionistas num perfeito nascimento do Direito da Nutrição ou do Direito dos Nutrientes similar com o Direito à Saúde e casar-se num perfeito triângulo com os dois. Era nesse triângulo que a Administração Pública deveria andar e não noutros... Com os nutricionistas e com os médicos.

Aproveitando a empática boleia do sistema europeu, julgo que a Administração Pública poderia tomar posição privilegiada num reeducar dos hábitos alimentares que fazem naturalmente parte da educação e da formação de uma sociedade intelectual que julgo que a Administração Pública teria todo o interesse em salvaguardar, (...) através da inovação da adoção do critério do (...) nos (...) novos contratos de *ecocatering*. A ideia aqui é andarmos sempre atrás da Medicina. Eles é que andam a queimar o cérebro, por causa de nós; e nós devemos ver esse altruísmo deles e receber de coração aberto. O interesse deles, é que nós vivamos! E que tenhamos uma longa vida!(...)

(...) Os produtores de cenouras veem-se aflitos com a *psila rosae*, a mosca-da-cenoura. Para tanto, os produtores têm de usar pesticidas para se verem livres da mosca-da-cenoura. Tais pesticidas são altamente tóxicos para as suas culturas, para os solos, para as águas e para os lençóis de água, para os trabalhadores do campo que apanham a cenoura e para os consumidores finais. Uma alternativa viável para a não utilização de pesticidas, mantendo as culturas da cenoura saudáveis é a técnica de consociação usada pela agricultura biológica. (...) plantando-se uma fila de cebola ou alho ou ervilha por duas filas de cenoura, consegue-se repelir a mosca-da-cenoura. (...) Disse até que, a Administração Pública ao estar a excluir produtores que ainda usem químicos para repelir estes casos em concreto da mosca-da-cenoura (...) seria como se estivesse ela própria a incentivar os produtores num duplo ou triplo ganho, incentivando o crescimento económico (...) Disse duplo ou triplo ganho, porque na ótica do produtor, ao invés de tão-só comercializar cenoura gastando ou investindo em pesticidas, produziria cenouras e (...) cebolas ou ervilhas poupando nos pesticidas.

(...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade da sua
escrita e não deixar o espírito do
autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

No final, a regente chegou perto de mim, o meu coração batia fortíssimo com a presença dela, e à frente do Fred e do Xico, (...) parabenizou-me, dizendo que tinha gostado muito, que eu tinha sido muito poético, e que nessa minha “poesia” tinha metido “o velcro” exatamente nos sítios certos. Se a regente não tivesse chegado perto de mim e parabenizado e com toda aquela “palavrinha” que me arrepiou a espinha toda, eu não acreditava tanto como hoje acredito no Direito dos Contratos Públicos. Foi aquela “palavrinha” da regente, que eu não vi a regente a dar a mais ninguém nas outras apresentações, que me deu um certo peso, uma certa importância, um certo significado! E fez-me voltar a tudo aquilo que eu tinha dito e ver melhor o que é que eu tinha dito, porque eu tinha dito coisas que nem sequer tinha pensado nelas, porque estava só a falar de coração. E quando voltei a ver o que tinha dito, ganhei uma certeza, ganhei uma força. É por isso, que é muito importante, um pai, um professor, um tio, um primo ou um amigo, às vezes, darem-nos “uma palavrinha de força”, porque pode ser “aquela palavrinha” que muda tudo! Não é preciso darem-nos coisas!

Basta darem-nos “uma palavrinha de força”, dizerem que acreditam em nós, dizerem que vamos conseguir! Porque vamos conseguir! Porque com essa “palavrinha de força” tudo se torna possível! Com essa “palavrinha de força” as coisas tornam-se mais nítidas! Há uma nitidez que se instala em nós! Essa nitidez altera tudo! Porque agora, simplesmente, vemos outras coisas, que não víamos. E quando as vemos já não conseguimos deixá-las de ver, porque se instalaram em nós. E o espírito administrativista do sistema instalou-se em mim. E eu, que fazia uma birra com o Direito Público, porque não via em si a sua utilidade para nada, via-o completamente extraterrestre, comecei a ficar com um saborzinho por ele. Mas foi aquela “palavrinha de força” da regente que me fez provar esse sabor. Eu já lá tinha o fruto em mim. Mas aquela regente fez-me acreditar no meu fruto, na minha poesia. (...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade da sua
escrita e não deixar o espírito do
autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

O demo completo d’*O Algoritmo do Amor* pode ser visto no site da Jupiter Editions em www.jupitereditions.com

Para ver o demo completo d’*O Algoritmo do Amor* no site da Jupiter Editions vá à página “Livros” e na zona d’*O Algoritmo do Amor* carregue no botão “Ler”.